

RESENHA: *SOCIEDADE E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA*

Ricardo de Aguiar Pacheco

A mais recente publicação de Maria de Lourdes Janotti propõe uma revisão da chamada República Velha nos seus aspectos políticos e sociais, abordando diferentes temas e utilizando distintas metodologias. Seus cinco capítulos, que trazem nos títulos nomes de personalidades ilustres e desconhecidas, abordam desde as disputas políticas palacianas do período até as condicionantes das populações marginalizadas do processo político. Apresentam tanto as representações e simbolismos produzidos pelo pensamento intelectualizado das elites letradas do País como as condições de trabalho e o imaginário dos setores populares.

Obra de fôlego e resultado de pesquisas sobre diferentes objetos, também se destaca pela dinâmica teórica. Ora se vale da história política tradicional, pautada pela data/fato, ora da história oral e do aporte teórico da psicologia social. Passando ainda pelo olhar sociológico e pela crítica literária, a autora não perde o sentido da totalidade do momento histórico abordado, fazendo ligações precisas entre o momento econômico que o País viveu e o contexto mundial.

No capítulo inicial, Janotti aborda os primeiros anos da República, ou a República de capa e espada. Nesse momento, a autora desmonta a tese geral de que a República teria sido um consenso da elite nacional e, valendo-se da narrativa histórica, aponta as disputas internas dos diferentes grupos politicamente organizados. Dessa forma, mostra que as várias revoltas que marcaram o período são fruto das diferentes concepções de República, e mesmo de Império, vigentes no período. Como estudo de caso, Canudos é observado para demonstrar como a República se consolidou no poder: o uso da força militar para convencer os incrédulos do regime.

Ricardo de Aguiar Pacheco é mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor na SMED/PMPA. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999.

No segundo capítulo, a autora apresenta uma leitura sociológica do pacto oligárquico articulado na Primeira República brasileira. Analisando, de um lado, o tratamento dado a um imigrante pobre, trabalhador das plantações de café, dentro de um processo criminal, e, de outro, as relações de poder oligárquico de Padre Cícero, desvenda duas faces de um mesmo objeto: o coronelismo. Nesse momento, sentimentos jogados num lugar onde poucos podem muito e muitos podem pouco, mas todos barganham seu apoio.

O terceiro capítulo é articulado a partir do depoimento de descendentes de escravos e expõe como a escravidão se manteve, de maneira informal, em vigor nos primeiros anos da República. Apontando a dificuldade que os ex-escravos tinham de ingressar no mundo do trabalho fabril, mostra como este se abria para os imigrantes europeus que chegavam ao País. E, a partir de uma história social do trabalho, apresenta as precárias condições de trabalho da população assalariada e os estreitos espaços de pressão e ação política vivamente utilizados por esses novos agentes sociais.

Associando a estética modernista à utopia comunista, o quarto capítulo apresenta o mundo das idéias dos anos 20 a partir de uma reflexão tributária da crítica literária. A autora, assim, apresenta o modernismo como uma nova estética, o comunismo como uma nova ética e o tenentismo como a manifestação da vontade de um novo país, explicando como tudo isso, de diferentes maneiras, contribuiu para a construção do Estado Novo.

Assim, Vargas é apresentado, nas palavras da autora, não como uma conclusão lógica e fatalista do processo histórico, mas como uma solução política e social historicamente construída. Utilizando-se, mais uma vez, da fonte oral e de postulados da psicologia social, apresenta aquilo que a memória social brasileira articula sobre a figura emblemática de Vargas. O pai dos pobres, o ditador, o grande líder...

Como obra de revisão historiográfica, o que implica uma seleção, não seria justo apontar temas que não foram abordados, como o debate entre positivistas e liberais, que marca os primeiros anos da República e tem seqüência ao longo de todo o período. Contudo, como gaúcho, me permito um aparte: o Rio Grande nunca sofreu intervenção federal como é sugerido na página 99. Os revoltosos de 23 tinham, sim, como objetivo provocar uma intervenção federal no Estado, entretanto isso não ocorreu.

Entre as inúmeras questões que percorrem o trabalho da professora Janotti, como a continuidade de um pensamento militar intervencio-

nista e a permanência do trabalho escravo durante a República, me permito traçar alguns comentários sobre a ação política dos setores populares. Esses que podem ser chamados de povo, de massa, de subalternos ou multidão são presença constante nas páginas dessa obra.

Primeiro, os populares estão fazendo uma passeata no Rio de Janeiro, pedindo que Floriano Peixoto não passe o governo ao civil eleito (p.20). Depois, a atuação política popular reaparece no sertão, negociando votos com o coronel para ter algum favor atendido (p.41). Movendo o olhar para as cidades, podemos ver como o movimento sindical, associativista (p.68-69) e entidades de negros (p.77) buscam o reconhecimento político e social. Os setores populares lançam candidato através do BOC, em 1929 (p.107), e são destinatários das palavras dos tenentes e comunistas que os querem para fazer a sua revolução nos anos 20 (p.108). Por fim, amontoam-se nas ruas de São Paulo (p.117), aplaudindo Vargas, que rumo à capital federal para destituir o presidente.

Nessas passagens, os setores populares aparecem, via de regra, na defensiva política. Querem a ditadura de Floriano e depois a de Vargas; vendem o voto ao coronel no campo e ao empresário bonzinho na cidade. O movimento sindical de 20 é visto como fraco e dividido, incapaz de pressionar o capital. É evidente que a autora não desconhece nem desconsidera o movimento operário de então e, seguramente, esse não é melhor abordado devido às próprias delimitações do estudo.

Contudo, gostaria de propor uma outra reflexão. Será o enfrentamento direto a única forma dos setores subalternos atuarem politicamente? O voto a cabresto foi pontualmente ruim para o indivíduo? Não conseguia ele aquilo que lhe era importante naquele momento, como ficar na terra, receber um favor ou um presente que lhe seria útil? Sendo o coronelismo uma relação clientelista, é uma via de duas mãos.

O movimento operário urbano utilizou a greve como um mecanismo de pressão importante e eficaz, contudo de caráter econômico. Já a articulação do BOC e a de candidatos ao processo político formal demonstram um amadurecimento do movimento operário. Qual a plataforma dessas candidaturas e seu alcance eleitoral? O quanto as classes dirigentes se aperceberam desse movimento e o rivalizaram? Nesse campo, poderíamos propor que o PCB, e sua teoria política, tenha dado um novo rumo ao movimento operário. Antes avesso ao Estado, agora disposto a disputá-lo.

Observando esse conjunto de ações, podemos perceber que a população não nos transparece apatia pela política. Ela pode não estar inteirada dos assuntos que se passam no gabinete em 15 de novembro. Po-

rém, depois disso, vemos que ela se faz presente nas ruas da cidade, em comícios e passeatas de caráter nitidamente políticos. Isso se passa no Rio de Janeiro, como o texto demonstra, e em Porto Alegre (como apontado em minha dissertação). Não seria justo pensar que em outros pontos também tenha sido assim?

Com o processo formal escancaradamente fraudulento e desacreditado, não podemos propor que os setores populares tenham articulado outros mecanismos de participação política? As manifestações de rua talvez tenham cumprido esse papel. Mais que isso, se pensarmos nos grandes momentos políticos das últimas décadas: Fora Collor e Diretas Já. São movimentos que utilizaram as ruas como palco para o fazer político. Antes: a passeata dos 100 mil ou a marcha da família com Deus. Antes ainda: a campanha da Legalidade e o comício na Central do Brasil. O funeral de Vargas, as mobilizações do 1º de Maio. São, todas estas, manifestações de rua de caráter popular e com sentido político.

Não estaríamos, assim, diante de uma tradição política popular distinta daquela da elite? Numa sociedade profundamente dividida, não seria possível pensar em duas tradições políticas? Uma da elite, individualistas e corrupta, que se apropria do Estado para atender a interesses pessoais; outra dos setores populares, coletivista e oportunista, que se aproveita das disputas oligárquicas para ter o seu quinhão, que tem na ação coletiva e pública a sua força.

Evidentemente essas minhas reflexões são preliminares e não constituem resultado de nenhuma pesquisa documental. Apenas mostram o quão instigante é a leitura da obra de Janotti. Um pequeno inventário das possibilidades de leitura dessa obra. Leitura, por sinal, prazerosa e imperdível.